



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-GEOGRAFIA

JOILTON NUNES LEITE

ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DO RACISMO NO BRASIL E O ENSINO  
DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO COMBATE ÀS  
PRÁTICAS RACISTAS NAS ESCOLAS DE GRAJAÚ

GRAJAÚ – MA  
2024

JOILTON NUNES LEITE

ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DO RACISMO NO BRASIL E O ENSINO DE  
HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO COMBATE ÀS PRÁTICAS  
RACISTAS NAS ESCOLAS DE GRAJAÚ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro  
de Ciências de Grajaú, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Licenciatura em Ciências  
Humanas-Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Roni Cesar Andrade de Araújo

GRAJAÚ – MA  
2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Leite, Joilton Nunes.

Análise Historiográfica do Racismo no Brasil e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no Combate às Práticas Racistas nas Escolas de Grajaú / Joilton Nunes Leite. - 2024.

52 p.

Orientador(a): Roni Cesar Andrade de Araújo.  
Curso de Ciências Humanas - Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú, 2024.

1. Brasil. 2. Ensino. 3. História. 4. Racismo. I. Araújo, Roni Cesar Andrade de. II. Título.

JOILTON NUNES LEITE

ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DO RACISMO NO BRASIL E O ENSINO DE  
HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO COMBATE ÀS PRÁTICAS  
RACISTAS NAS ESCOLAS DE GRAJAÚ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro  
de Ciências de Grajaú, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Licenciatura em Ciências  
Humanas-Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Roni Cesar Andrade de Araújo

Aprovado em: 08/03/2024

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Roni César Andrade de Araújo

Orientador

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Edyene Moraes Dos Santos (UFMA/CODÓ)

Examinadora

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Raissa Gabrielle Vieira Cirino (UEMA)

Examinadora

*O que torna a vida valiosa é não durar para sempre,  
o que a torna preciosa é que ela termina,  
sei disso agora mais do que nunca,  
hoje é especial para nos lembrar que tempo é sorte,  
então não desperdice tempo vivendo a vida de outro,  
faça a sua valer apenas,  
lute pelo o que se importa,  
seja o que for,  
porque mesmo que tenhamos dúvidas, não tem jeito melhor de viver.  
(Gwen Stacy)*

## RESUMO

Este estudo investiga o racismo no contexto educacional brasileiro, com ênfase nas escolas do município de Grajaú. Utilizando uma abordagem historiográfica, analisamos as raízes históricas do racismo no Brasil e suas múltiplas manifestações ao longo do tempo. Adotamos uma metodologia qualitativa, baseada em análise documental e revisão bibliográfica, consultando fontes históricas, legislação e estudos acadêmicos relacionados ao tema. Além disso, conduzimos entrevistas com docentes e discentes das escolas de Grajaú para compreender a percepção do racismo no ambiente escolar. Nossos objetivos são analisar as origens históricas do racismo no país, desde o período colonial até os dias atuais, e examinar como a legislação brasileira aborda o ensino de história e cultura afro-brasileira como ferramenta para combater práticas racistas nas escolas. Também realizamos uma pesquisa quantitativa para avaliar a percepção de racismo entre professores e alunos em Grajaú, identificando desafios e oportunidades para promover a conscientização racial no ambiente escolar.

**Palavras Chaves:** Racismo; Brasil; Ensino; História

## **ABSTRACT**

This study investigates racism in the Brazilian educational context, with an emphasis on schools in the municipality of Grajaú. Using a historiographical approach, we analyze the historical roots of racism in Brazil and its multiple manifestations over time. We adopted a qualitative methodology, based on documentary analysis and bibliographic review, consulting historical sources, legislation and academic studies related to the topic. Furthermore, we conducted interviews with teachers and students from schools in Grajaú to understand the perception of racism in the school environment. Our objectives are to analyze the historical origins of racism in the country, from the colonial period to the present day, and to examine how Brazilian legislation approaches the teaching of Afro-Brazilian history and culture as a tool to combat racist practices in schools. We also carried out quantitative research to assess the perception of racism among teachers and students in Grajaú, identifying challenges and opportunities to promote racial awareness in the school environment.

**Keywords:** Racism; Brazil; Teaching; History

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>1. ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA MANIFESTAÇÃO DO RACISMO CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1 RAIZES HISTÓRICAS DO RACISMO NO BRASIL .....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 AS MÚLTIPLAS FACES DO RACISMO BRASILEIRO .....</b>	<b>20</b>
<b>1.3 O RACISMO E SUAS MANIFESTAÇÕES NA ATUALIDADE BRASILEIRA</b>	<b>23</b>
<b>2. DAS LEIS ÀS PRÁTICAS: A EDUCAÇÃO HISTÓRICA COMO FERRAMENTA DE COMBATE AO RACISMO .....</b>	<b>28</b>
<b>3. CONSCIÊNCIA RACIAL EM GRAJAU: ANÁLISE QUANTITATIVA DA PERCEPÇÃO DE RACISMO ENTRE DOCENTES E DISCENTES .....</b>	<b>35</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
<b>5. REFERENCIAS .....</b>	<b>46</b>
<b>6. ANEXOS .....</b>	<b>49</b>



## INTRODUÇÃO

No que se refere ao racismo, podemos dizer que vivemos em uma sociedade, cuja identidade foi construída sob práticas racistas, isso acaba afetando todos os brasileiros diretamente uma vez que a população brasileira está debaixo dessa estrutura racista. Na trajetória historiográfica das práticas racistas, alguns fatores acabaram impulsionando essa propagação, como a classificação dos seres humanos, que inicialmente serviria como conhecimento científico, contudo, tomou um caminho diferente.

Com isso, temos indivíduos classificados como “inferiores ou superiores”, baseado unicamente nas características que apresentavam, tais como a cor da pele, toda essa situação modificou o território brasileiro e com a invasão dos portugueses no ano de 1500, onde os indígenas foram classificados como inferiores foram submetidos tratamentos desumanos.

Dessa forma, a escravidão dos negros no período colonial e imperial do Brasil acaba se entrelaçando com o racismo, o que provoca situação crítica na vida do escravo. Desde então, conseguimos ver a luta para mudar o cenário no qual estão inseridos, essa situação se perpetua até os dias atuais.

A busca dos negros por igualdade na sociedade brasileira traz resultados com muito esforço, o que culmina na elaboração de algumas leis, tais como a Lei 10.639<sup>1</sup> que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, sendo elas públicas ou particulares, desde o ensino fundamental até o ensino médio.

Atualmente, o racismo é um dos problemas presentes na sociedade brasileira, especificamente na cidade de Grajaú, e se apresenta de diversas maneiras. Segundo a necessidade de se conhecer a forma como o racismo se manifesta na sociedade grajauense, torna-se indispensável analisar como ele é percebido em cada ambiente. Assim sendo, entender como o ensino de história e cultura afro-brasileira estão sendo utilizados como ferramenta no combate às práticas racistas é uma medida fundamental para entender como o racismo se apresenta nas escolas locais.

---

<sup>1</sup> A Lei 10.639, aprovada em 9 de janeiro de 2003, torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em escolas públicas e privadas, do ensino fundamental ao médio.

O racismo é percebido sem muita dificuldade no ambiente escolar grajauense, e a ausência de estudos sobre as violências locais, demonstram a finalidade de presente trabalho, cujas contribuições são de grande relevância para a comunidade de Grajaú, a observação do dia a dia dos alunos, provocou a elaboração da problemática de modo que estimule o pensamento da sociedade e contribua para novas pesquisas.

O presente trabalho visa analisar o racismo no contexto educacional brasileiro, com foco nas escolas do município de Grajaú. Para fazer isso, realizamos uma entrevista exploratória com os discentes e docentes de três escolas da cidade de Grajaú, sendo elas, Centro de Ensino Dimas Simas Lima, Centro de Ensino Livino de Sousa Rezende e Centro Educa Mais Amaral Raposo, buscando atingir dessa maneira uma maior abrangência geográfica no público entrevistado.

Os dados obtidos foram avaliados e organizados em tabelas, e sua interpretação foi realizada de forma quantitativa, tendo em vista que esse tipo de pesquisa é uma ótima forma de questionar um público em busca de dados numéricos para confirmar hipóteses.

Antes, porém, foi realizada pesquisa historiográfica, onde efetuamos uma análise das raízes históricas do racismo no Brasil, onde estudamos os impactos provocados pelas práticas racistas na estrutura da sociedade, também analisamos as manifestações do racismo na atualidade sociedade brasileira atual por meio de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outro item usado na pesquisa foi um estudo da Lei 10.639/03 e de como a educação histórica é usada como ferramenta de combate ao racismo.

## 1 ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA MANIFESTAÇÃO DO RACISMO CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

O racismo, pode ser definido como um conceito que acredita em uma superioridade e em uma inferioridade de pessoas a partir de critérios étnicos raciais, não é apenas uma prática do indivíduo, apesar de também o ser, mas é fundamentalmente uma estrutura de poder que determina gostos, sonhos, práticas, linguajares, etc., portanto, mesmo que um determinado indivíduo não tenha reproduzido uma fala ou uma atitude racista, ele, sem dúvidas, vive sob uma estrutura racista e então reproduz essa estrutura no seu cotidiano. Essa é a realidade presente hoje no Brasil! Mais como chegou a esse ponto?

Para respondermos essa pergunta, precisamos voltar até o momento que Brasil foi colonizado pelos portugueses, ou seja, em meados do século XVI, onde as práticas racistas já afligiam um grande número de indivíduos, sendo a maioria deles, negros africanos. É nesse contexto que veremos as concepções apresentadas na obra de Silvio Almeida, pois, de acordo com ele, “a classificação de seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania.” (ALMEIDA, 2019, p.20). Foi através dessa classificação que os indígenas e negros foram definidos como inferiores e então submetidos a tratamentos que desmandos, como veremos adiante.

Conforme citado por Botosso (2012, p.1):

A história do racismo no Brasil pode ser contada a partir da chegada da frota portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral, pela maneira com que os nativos do território brasileiro, denominados índios, foram relatados na carta de Pero Vaz de Caminha, de 01 de maio de 1500. Primeiramente a frase: “Eram pardos todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse as vergonhas.” revela a “não branquitude” dos índios, diante da branquitude dos portugueses. [...] (BOTOSSO, 2012, p.1).

Com a chegada de Pedro Álvares Cabral ao território que hoje conhecemos como Brasil no ano de 1500, já é possível perceber o estabelecimento de uma estrutura de poder por parte dos portugueses em relação aos nativos. Os indígenas foram submetidos à dominação, sendo utilizados como mão de obra. Esse contato com os colonizadores resultou em sofrimento para os indígenas, que enfrentaram violência cultural, epidemias e mortes. Em outras palavras, a partir de então,

presenciamos um processo de conquista e extermínio dos povos indígenas, tudo isso sustentado por uma percepção em que os colonizadores se viam como superiores aos nativos.

Segundo Botosso (2012), a alternativa para à se continuar a exploração foi a seguinte:

A solução encontrada pelos portugueses para continuarem a explorar o Brasil com mão de obra escrava foi o tráfico e a escravização de africanos, que eram seres livres em suas terras de origem e que foram trazidos à força, destituídos de sua humanidade por um estatuto que os transformaram em coisas, mercadorias ou objetos comercializáveis pelos traficantes e “máquinas animais” de trabalho necessário ao desenvolvimento da colônia (BOTOSSO, 2012, p.3).

A escravidão no Brasil teve início em torno da década de 30 do século XVI, quando o primeiro navio carregado de escravos negros desembarcou no território brasileiro. Este foi um processo no qual podemos perceber claramente a materialização e a exploração de mão de obra de indivíduos classificados na época como inferiores. Portanto, aos negros era destinado todo o trabalho pesado do processo de produção, desde a preparação da terra até o manuseio do produto final. Eles trabalhavam excessivamente, recebiam uma alimentação precária e eram castigados com violência, ou seja, a condição de vida era desumana. Esse longo processo de agonia e sofrimento se estendeu por mais de três séculos, até que um rearranjo político-legal, disfarçado de alívio, ocorreu no ano de 1888, com a assinatura da Lei Áurea. Então, após 353 anos de tratamento desumano na forma de escravidão, todos os escravos foram libertados, conforme mencionado por Botosso (2012, p.3):

A abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, não constituiu uma mudança qualitativa na estrutura social do Brasil. Os senhores de escravos foram substituídos pelos fazendeiros de café, que eram seus herdeiros diretos. E apesar da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, o antigo escravo não teve acesso ao mercado de trabalho. (BOTOSSO, 2012, p.3).

Embora o racismo esteja entrelaçado com a escravidão, era de se esperar que a extinção de um levasse ao fim do outro. No entanto, não foi bem assim que aconteceu. Com a abolição da escravatura, apesar de os escravos estarem livres da opressão de seus senhores, do trabalho forçado e dos castigos a que foram submetidos desde o descobrimento do Brasil, esses indivíduos ainda não conseguiam se integrar à sociedade. Embora libertos, os negros se deparavam com uma situação

social lamentável. Alguns anos após a liberdade determinada pela Lei Áurea, os antigos escravos ainda não haviam sido restituídos em cidadania nem em dignidade. Dessa forma, os 'sujeitos livres', que não receberam nenhum bem ou riqueza pelos anos de serviços prestados, foram obrigados a se abrigar em morros ao redor das cidades, dando origem às favelas. Podemos observar os negros sendo forçados a sair da área urbana das cidades no trabalho de Maria Augusta Bolsanello:

Observa-se assim que a abolição, em termos sociais, negou ao negro o direito à integração na sociedade. A abolição retirou simplesmente do negro a condição de escravo, mas não lhe proporcionou nenhuma indenização, garantia ou assistência pelos mais de 300 anos de exploração, violação e opressão. Assim, o não-acesso a um pedaço de terra e a redução de mão-de-obra provocaram um êxodo da maioria dos negros para as cidades, [...] onde os aguardavam o desemprego, a miséria, a doença e uma conseqüente vida marginal. (BOLSANELLO, 1996. p. 157)

Com base nas palavras de Maria Augusta Bolsanello, percebemos que a situação enfrentada pelos negros no Brasil atual é um reflexo do que já vivenciaram no período de formação da sociedade brasileira. Para compreender o negro nesse contexto, não há como desvincular suas raízes da própria história da colonização portuguesa no Brasil.

No período posterior à abolição da escravatura, os africanos deixaram as terras e não tinham um destino definido, nem sabiam o que fazer. No entanto, não houve preocupação com a forma como sobreviveriam, onde morariam ou se teriam um trabalho formal a partir daquele momento. Eles foram deixados ao acaso, sem instrução ou escolaridade. Ao receberem a tão sonhada liberdade, foram lançados ao mundo, mas estavam em uma concorrência desigual. Não tinham preparação para conseguir um emprego e não poderiam competir de igual para igual com os outros membros da sociedade, deixando os negros ainda mais em desvantagem em um Brasil que até então os havia libertado.

Nesse novo e não muito melhor estilo de vida, o negro não tinha mais um senhor a quem pertencia, nem desfrutava de um ofício onde pudesse trabalhar dignamente. Assim, mais uma vez, eles se viram obrigados a se submeter a regimes de trabalho extensos em troca das necessidades básicas, como alimentação e moradia.

Nos tempos de escravidão, a desvantagem para os negros já era enorme, como vimos anteriormente, e continuou assim após a libertação. Mesmo sendo livres,

continuaram a ser tratados com extrema diferença. Antes, a luta era pela liberdade, mas agora se inicia uma disputa em busca de espaço e direitos nessa sociedade. Como podemos perceber, o Brasil já possui muitos anos de experiência com práticas racistas, tanto que, em pleno século XXI, ainda nos deparamos com resquícios dos hábitos que ocorreram nos tempos do Brasil colônia. O modo de praticar o racismo sofreu algumas alterações desde que os colonizadores portugueses chegaram ao Brasil, contudo, manteve sua ligação ao colonialismo, como descreve Ellen Meiksins Wood. Ela identifica que:

O racismo moderno é diferente, uma concepção mais viciosamente sistemática de inferioridade intrínseca e natural, que surgiu no final do século XVII ou início do século XVIII, e culminou no século XIX, quando adquiriu o reforço pseudocientífico de teorias biológicas de raça, e continuou a servir como apoio ideológico para opressão colonial mesmo depois da abolição da escravidão. (WOOD, 2011, p. 230).

Como podemos perceber, o racismo na modernidade continua a oprimir os negros que antes eram submetidos à escravidão. Essa estrutura de desigualdade vem se mantendo ao longo dos anos. A luta por uma situação social de qualidade sempre foi intensa, como veremos nos próximos capítulos.

## **1.1 RAIZES HISTÓRICAS DO RACISMO NO BRASIL**

Para entendermos o racismo, faz-se necessário compreender primeiramente o conceito de raça, que se define como uma categoria das espécies dos seres vivos, usada pela biologia para classificação. Em termos sociais, a expressão raça é usada por parte da sociedade como fator determinante para definir grupos étnicos a partir de suas características fenotípicas. Já no que se refere à moderna ideia de raça, podemos descrevê-la como uma construção de pensamentos associados a diferenças culturais e morais para com as características biológicas, hierarquizando dessa forma os diversos grupos humanos.

No entanto, a definição de raça sob o qual vamos trabalhar é a do filósofo Silvio Luiz de Almeida (2019, p.20), para quem “a raça emerge como um conceito [...] contradição entre a universalidade da razão e o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea.”. A diversidade humana foi definida em

classificações, nas quais, quem estava no topo da hierarquia, detinha o poder. Todavia, a situação se agrava com intensidade quando passaram a utilizar a cor da pele como critério fundamental entre as chamadas raças.

No caso específico do Brasil, isso fica mais visível quando retrocedemos ao período de formação da sociedade colonial brasileira, em que é possível perceber as raízes do racismo. Ao observarmos as ações e decisões tomadas por cada personagem presente no Brasil colonial, tais como os europeus, indígenas, e os africanos, conseguimos perceber as suas colaborações para o desenvolvimento do processo histórico e as situações que se produziram a partir de então. Os métodos e as técnicas de trabalhos implementados na manufatura e comercialização do açúcar estão ligados à estrutura e as relações sociais, e assim definiram posição dos grupos e quem e onde cada indivíduo se encaixava de acordo com a hierarquia. Naquele universo, as pessoas de mais prestígio eram os senhores de engenho e os comerciantes de escravos.

Segundo Gilberto Freyre, há muito mais por traz da colonização do que aparenta:

No Brasil, a colonização particular, muito mais que a ação oficial, promoveu a mistura de raças, a agricultura latifundiária e a escravidão, tornando possível, sobre tais alicerces, a fundação e o desenvolvimento de grande e estável colônia agrícola nos trópicos (2003, p 11).

No processo de exploração, manufatura no Brasil colonial, o açúcar, o engenho, e a escravidão, foram de fundamental importância na formação da sociedade brasileira. Desde então, decisões já eram tomadas tendo como base os grupos aos quais os indivíduos pertenciam, e conseqüentemente cor da pele, pois, segundo o historiador norte-americano Stuart B. Schwartz 1985:

O Brasil-colônia foi uma sociedade escravista não meramente devido ao óbvio fato de sua força de trabalho ser predominantemente cativa, mas principalmente devido às distinções jurídicas entre escravos e livres, aos princípios hierárquicos baseados na escravidão e na raça, às atitudes senhoriais dos proprietários e à deferência dos socialmente inferiores. Através da difusão desses ideais, o escravismo criou os fatos fundamentais da vida brasileira. (Schwartz. 1985, p.209).

Foi debaixo dos pilares do escravismo, que se desenvolveu a sociedade brasileira, e mesmo recebendo grande influência dos sistemas de produção, e da economia que os europeus já possuíam até então, de uma maneira singular, a partir

dessa forma de se organizar herdada pelos portugueses, as classificações dos afazeres era atribuída com base na raça, na cor, na posição social, uma vez que “a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas” (FREYRE. 2003, p 13).

Dessa forma, a realidade vivenciada na época, era de uma sociedade composta por diversas hierarquias, variados tipos de mão de obra e uma enigmática divisão por cores, e para manter o equilíbrio, a estrutura da sociedade resumia essas complicações entre os grupos de dualismos, onde para cada posição, existia uma posição contrária, para o senhor havia o escravo, para o católico tinha o pagão e assim por diante, a classe, a cor e a condição social determinava a organização do indivíduo na sociedade colonial brasileira.

De acordo com Gilberto Freyre, a grande lavoura agroexportadora foi a base para o desenvolvimento da sociedade colonial:

A sociedade colonial no Brasil, principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, desenvolveu-se patriarcal e aristocraticamente à sombra das grandes plantações de açúcar, não em grupos a esmo e instáveis; em casas-grandes de taipa ou de pedra e cal, não em palhoças de aventureiros. (Freyre. 2003, p 10).

Discorrer sobre o Brasil colonial como uma sociedade escravista é entender que a existência de escravos e a formação de uma sociedade composta por povos de origens distintas somadas ao sistema de organização social europeu advindo de Portugal, essa nova terra, essa recente realidade promoveu diversas possibilidades inéditas para alguns indivíduos portugueses, proporcionando condições que nunca imaginariam conseguir. Contudo, vale ressaltar que o motivo principal da sociedade brasileira ser escravista, não foi consequência da criação do escravismo, pois, de acordo com Stuart Schwartz (1985, p. 214), a sociedade escravista brasileira foi “resultado da integração da escravidão da grande lavoura com os princípios sociais preexistentes na Europa. ”

A vida do negro no Brasil colonial era muito dura, pois os períodos de trabalho nos engenhos de açúcar eram bastante pesados, uma vez que “os turnos de ocupação duravam de 18 a 20 horas por dia”. Debaixo dessa rotina de trabalho exaustiva e sob uma dieta deficiente e as condições de trabalhos desagradáveis e perigosas os escravos não conseguiam resistir por muito tempo, e, assim sendo, possuíam altos índices de mortalidade e uma expectativa de vida que somava “mais ou menos 23



anos”, segundo Stuart Schwartz (2001, p. 92). Essa situação de pouco tempo de vida dos cativos gerava uma falta de mão de obra na produção e dessa forma o tráfico de escravos gerava novas remessas.

Para conseguir a mão de obra necessária, os agricultores se utilizavam da força bruta. O chicote era muito bem utilizado para essa tarefa. Os castigos estavam presentes no dia a dia dos escravos. De uma maneira geral, a história da sociedade brasileira foi esculpida nesse contexto, em que a escravidão foi usada no sistema de produção em grande escala, fundamentada inicialmente no indígena e em seguida no africano, o que acabou gerando as hierarquias estabelecidas na raça e na cor, que representavam a estrutura interna dos engenhos.

“Com o passar do tempo, para manter o controle de qualidade dos “produtos” e garantir a colaboração, os agricultores optam por utilizar o “sistema de incentivos”, onde para os escravos que cumprissem determinadas quotas na produção, recebiam alimentação extra, alguns privilégios, e não menos importante, a redução do seu turno de trabalho, de uma certa maneira, pode se dizer que após completar as quotas, os cativos estavam livres para fazer o que tivesse vontade, assim como, cuidar das suas próprias plantações ou até vender suas mercadorias no comércio local, e dessa forma juntavam suas economias pouco a pouco até conseguirem comprar a sua alforria ou a de um membro da família.

De acordo com os apontamentos de Stuart B. Schwartz 2001, essa alternativa para manter o controle através de incentivos é bem vantajosa para o senhor de escravo, já do ponto de vista dos cativos, essas eram vistas como oportunidade de fuga do sistema escravista, nem que fosse por um curto período, já da perspectiva dos agricultores, eram bastante eficazes, visto que a mão de obra exigida era atingida, as reclamações e sabotagens diminuía, por causa do objetivo maior em completar as obrigações e conseguir tempo eles próprios.

Na sociedade colonial, ninguém estava livre da presença da escravidão, uma vez que ela era observada por todos:

As distinções raciais e a escravidão penetraram em toda a sociedade, atingindo os aspectos mais corriqueiros da vida e afetando as ações e percepções de cada um, escravo ou livre, branco, negro, índio ou mestiço. Os inúmeros casos de libertos que possuíam escravos, de posse de cativos até mesmo por agricultores pobres, e até da existência de escravos que adquiriam escravos indicam o poder e a difusão dessa instituição. Embora os africanos ou cativos pudessem conservar seus próprios valores e culturas,

eram sempre restritos pela necessidade de agir dentro dos limites da sociedade colonial. (Schwartz. 1985, p.215).

O escravismo, inserido em todos os cenários da vida na colônia, tinha a capacidade de organizar a sociedade e controlar o comportamento de todos - senhores e escravos, livres e libertos, brancos, pardos e negros. Foi por meio dessas atitudes que se desenvolveu toda a estrutura social do Brasil, resultando no que conhecemos hoje. Quando nós voltamos para a sociedade colonial brasileira, percebemos que, no cenário político e econômico da época, a escravidão era um sistema incrivelmente flexível. Os senhores de escravos equilibravam força e incentivos à sua maneira. No entanto, existiam “pequenos privilégios” para os negros escravizados, que eram costumes locais. Por exemplo, nos “feriados e dias santos”, raramente se trabalhava na lavoura ou no engenho. Nessas ocasiões, os cativos trabalhavam para si mesmos, alcançando certa “independência financeira”. Mas, nos dias de trabalho árduo no engenho, o objetivo dos senhores era extrair o máximo de mão de obra eficiente dos escravos. Eles buscavam manter um equilíbrio entre os “incentivos” e a autonomia, pois sempre havia um risco potencial de rompimento, mesmo que mínimo, do sistema escravista.

Como podemos observar na descrição de Schwartz Stuart 2001:

Os engenhos geravam uma série de incentivos positivos e negativos [...] distribuíam-se presentes, rum e rações extras ou privilégios, porém ainda mais importante era a diminuição ou a reestruturação do próprio trabalho. O sistema de quotas não era usado só no plantio, no corte da cana e em outras tarefas da roça, mas também dentro do próprio engenho [...] ao completar a quota, os escravos estavam, teoricamente, livres para fazer o que bem quisessem, [...] o que quase sempre significava trabalhar em seus próprios terrenos e em suas próprias hortas [...] vender o excedente nos mercados locais ou ao proprietário, e guardar o dinheiro ganho para lazer compras ou poupar para acabar comprando a própria liberdade ou a de um ente querido. (Schwartz. 2001, p.99).

Os incentivos oferecidos aos negros proporcionavam uma oportunidade de fuga do sistema escravocrata, gerando a alternativa de trabalhar em troca de remuneração. No entanto, a escravidão limitava totalmente a vida dos cativos, uma vez que até a formação de uma família estava sujeita ao poder dos seus senhores. Ainda assim, os escravos procuravam criar formas sociais e culturais que lhes possibilitassem algum conforto e alívio naquele mundo desfavorável. No contexto da construção da família nos engenhos, a escravidão pode ser descrita como “uma força destrutiva que impediu ou desorganizou a vida familiar dos cativos e contribuiu para

uma série de desordens” (SCHWARTZ, 1985, p.311). Para manter o sistema de produção funcionando, uma série de acordos eram realizados na lavoura, o que nos leva a abordar a importância da família e as possibilidades para que isso pudesse ser alcançado.

A formação de uma família escrava nesse contexto da vida na grande lavoura é bastante complicada. No entanto, apesar de todas as restrições, ainda era grande o interesse dos negros africanos em formar laços de sangue e iniciar a criação de sua própria cultura, às vezes sem se preocupar com as limitações da escravidão e das leis e costumes católicos. No que se refere à ocupação diária dos negros como escravos, as exigências no trabalho dependiam muito do regime escravocrata em vigor, do tipo de atividade econômica e até das tecnologias usadas em determinado sistema de produção. Cada elemento desse conjunto provocava uma variação na vida dos cativos. Como apontado por Stuart B. Schwartz em 2001:

A variedade de requisitos para o trabalho era o elemento principal que determinava a natureza da vida dos escravos, pois definia os níveis de expectativa do proprietário e organizava as prioridades dos escravos. Em resumo, quem trabalhava na pecuária e vivia em relativo isolamento tinha oportunidades diferentes daqueles que trabalhavam em grupos nas minas de ouro ou daqueles que trabalhavam na lavoura da cana-de-açúcar. (Schwartz, 2001, p.90).

Como já discutido anteriormente, diversas formas de trabalho escravo existiram no Brasil entre os séculos XVI e XIX. A maioria dessas formas era exercida por negros africanos, especialmente nos engenhos, que se configuraram como a principal atividade econômica no período colonial. No entanto, os escravos também eram empregados em outras atividades, e a função atribuída a cada um deles definia o rumo que sua vida tomaria.

No Brasil colonial, vários processos sustentavam a economia do país. Entre eles, a produção açucareira, também conhecida como ciclo do açúcar, foi uma das principais bases econômicas e sociais. Durante esse período, formaram-se os engenhos, componentes produtivos responsáveis pela moenda da cana-de-açúcar, da qual eram extraídos outros subprodutos. Contudo, em meados do ano de 1654, a economia açucareira passou por uma crise intensa que acabou afetando toda a colônia.

Com a exploração do centro do território brasileiro e a descoberta de reservas de ouro, instaurou-se a chamada mineração colonial no Brasil. A partir de então, a

economia passou a ser sustentada pelo sistema de extração de metais preciosos. Para esse processo de garimpo, a Coroa portuguesa continuou a utilizar mão de obra escrava.

Apesar de o contexto político, o colonialismo e a escravidão não serem os responsáveis pela criação dessa estratificação e separação, situações semelhantes faziam parte do dia a dia, às vezes até entre os próprios escravos. A posição em que o cativo trabalhava influenciava sua vida, como veremos em exemplos mais adiante.

Contudo, foi nesse cenário de formação da sociedade colonial brasileira que a marca da distinção baseada na cor foi incorporada. Segundo Almeida (2019),

é nesse contexto que a raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea." (Almeida, 2019, p.20).

A situação conhecida se repete: o senhor tem superioridade sobre seus escravos. Essa hierarquia é evidente e era tão intensa que provocava segregação até mesmo entre os próprios cativos. O sistema de organização do trabalho não se limitava a uma posição na qual o senhor de escravos estivesse rodeado de trabalhadores. Existia toda uma organização: os submissos eram separados dependendo do local onde trabalhariam e da função que exerceriam. Por exemplo, o escravo de eito geralmente trabalhava nas atividades extrativas; havia também os escravos na mineração, os escravos domésticos, entre outros. A atividade que os cativos executavam definia sua posição na hierarquia dos escravos.

Podemos dizer que conhecer o Brasil em sua formação histórico-social, onde construiu dois modelos de sociedade - a escravista colonial, subordinada à economia colonialista, e o capitalismo dependente, subordinado ao imperialismo - é essencial para entender a dominação europeia no território brasileiro. Isso nos ajuda a compreender as origens das desigualdades sociais e raciais que os negros enfrentaram no passado e que ainda estão presentes na sociedade brasileira do século XXI.

A situação do negro africano na posição de escravo, onde era tratado como "objeto" ou propriedade, se perpetuou em todo o Brasil colonial e também no Brasil Império. A abolição aconteceu somente no ano de 1888, e durante esses anos de

escravidão, o contrabando de africanos se intensificou, aumentando a quantidade de escravos no país.

Nos territórios independentes, já era característico o processo de transição da mão de obra escrava para a livre. Essa foi uma tendência geral nas regiões da América Latina, mas o Brasil levou mais tempo para adotar essa mesma ação. Assim, foi um dos últimos países a decretar a abolição<sup>2</sup> da escravatura. Contudo, quando isso aconteceu em teoria, os escravos não foram libertos apenas de seus deveres, mas também de seus direitos. Agora, são forçados a viver sem nenhum suporte da comunidade brasileira. Como já mencionado, eles estavam à margem da sociedade, ou seja, eram excluídos e viviam uma luta para conseguir os privilégios de cidadão brasileiro e alcançar a igualdade.

No entanto, a segregação, a desigualdade e o racismo não facilitam essa busca dos negros por uma sociedade igualitária. Toda essa ideia de superioridade da raça branca e do negro como subordinado está profundamente enraizada nas origens da sociedade brasileira, desde seus primeiros ciclos na colônia.

Uma vez que já prelecionamos sobre como se deu o racismo no Brasil e os conceitos aos quais está ligado, faz-se necessário discorrer a respeito das definições de racismo e das categorias que também aparecem associadas a ideia de raça, nesse caso o preconceito e a discriminação.

## **1.2 AS MÚLTIPLAS FACES DO RACISMO BRASILEIRO**

O racismo já recebeu diversas definições de vários estudiosos, que nem sempre o descrevem da mesma maneira. Por exemplo, para o antropólogo e professor Kabengele Munanga, "o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções [...] com base nas relações entre raça e racismo" (2004, p. 7). Para o filósofo e professor Silvio Luiz de Almeida, o racismo se comporta como "uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de

---

<sup>2</sup> A partir do ano de 1794, ideias pró abolição começam a aparecer, foi nesse momento em que Revolução Haitiana aboliu a escravidão no país, na República Dominicana a escravidão foi abolida no ano de 1822, nos países da América Central a escravidão foi abolida no ano de 1824, já nos EUA a abolição da escravidão foi abolida no ano de 1863.

práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens, ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam" (2019, p.22). Segundo esses autores, o racismo se origina a partir da classificação dos seres humanos em raças, o que depende exclusivamente da crença nas raças naturalmente hierarquizadas.

Silvio Almeida argumenta que o racismo, como uma crença na superioridade de uma raça, etnia ou certas características físicas sobre outras, pode se manifestar de três maneiras diferentes na sociedade: individualmente, institucionalmente e estruturalmente. É importante ressaltar que, embora o racismo seja frequentemente associado ao preconceito contra os negros, ele também pode se manifestar contra qualquer raça ou etnia, como asiáticos, indígenas, entre outros.

Na primeira concepção, a vertente individualista, o racismo pode ser descrito como interpessoal, manifestando-se por meio de ofensas e atitudes de um indivíduo ou grupo sobre outro. Segundo Almeida (2019), podemos entender que:

O racismo, segundo esta concepção, é concebido como uma espécie de "patologia" ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma "irracionalidade" [...]. Por isso, a concepção individualista pode não admitir a existência de "racismo", mas somente de "preconceito", a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política." (p.25).

O racismo individual está intrinsecamente ligado ao estado psicológico e às ideias pré-concebidas por indivíduos ou grupos em relação a outros. Contudo, essa primeira forma de racismo pode ser registrada com facilidade, pois geralmente ocorre de forma bem perceptível ao observador. Essa concepção individualista pode transpor para outras formas de racismo, pois sua definição está muito próxima das definições de preconceito e discriminação, como será descrito mais adiante.

Em relação à classificação do racismo a partir da concepção institucional, os parâmetros definidores mudam de posição. Nesse caso, a desigualdade baseada na raça ocorre em qualquer tipo de organização, como universidades, igrejas, empresas públicas e privadas, entre outras.

Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. [...] assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa

da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, 2019, p.27)

A partir do momento em que os governantes e os Estados controlam o comportamento de indivíduos em determinado território em troca de estabilidade social, as regras das instituições da sociedade são usadas para lidar com o poder. Dessa maneira, o "poder" se torna o elemento essencial da expressão do racismo. Se observarmos internamente, as instituições possuem uma espécie de hegemonia branca. Isso pode ser facilmente percebido em diversos setores da sociedade, por exemplo, no sistema legislativo e no sistema judiciário. No Brasil, cada um deles é composto por uma maioria branca. Os líderes utilizam o poder da instituição para realizar o desejo de um grupo, fazendo com que o ciclo continue a se repetir. Com o passar do tempo, essa hegemonia branca naturaliza essas pessoas nesse espaço de poder. A partir desse ponto, obstáculos são colocados no acesso de negros que também buscam ocupar esses espaços.

Quanto à concepção de racismo estrutural, podemos descrevê-lo como a maneira pela qual a organização de uma sociedade favorece um grupo pertencente a certa etnia ou cor e promove desvantagem a outros grupos a partir de um conjunto de práticas exclusivas. Com o passar do tempo, essas práticas acabam criando discriminações que às vezes passam despercebidas. Ou seja, o racismo em sua forma estrutural é formado por um processo histórico no qual as classes inferiores são subjugadas ao abuso e exploração das classes superiores. O racismo estrutural está enraizado na estrutura social e direciona as relações institucionais, econômicas, culturais e políticas.

Conforme descrito na obra "Racismo Estrutural" de Silvio Almeida (2019), "as instituições são racistas porque a sociedade é racista". O autor afirma que o racismo é estrutural e o define da seguinte maneira:

o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional [...] pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas. (ALMEIDA, 2019, p.34).

Com base no que foi dito, podemos concluir que o racismo no Brasil do século XXI é o resultado da naturalização da escravidão como forma legítima de exploração e pela ausência de reflexão moral sobre a humanidade dos escravizados.

Quanto ao preconceito, podemos dizer que ele se baseia em um estereótipo negativo sobre um grupo ou indivíduo e suas características. De acordo com Almeida, "O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias" (2019, p.22). Ou seja, o preconceito é uma ideia preconcebida, presumida sem fundamentação real sobre uma pessoa ou um grupo de pessoas.

No que se refere ao conceito de discriminação, consiste em uma ação ou falta de ação que dispensa um tratamento inferior a uma pessoa ou grupo de pessoas, em razão de seu vínculo com uma determinada raça, cor, sexo, nacionalidade, origem étnica ou outro fator. Como descreve Almeida (2019, p.23), "A discriminação racial, no que lhe concerne, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados". Em comparação ao preconceito, a discriminação é bem diferente, pois se constitui quando o preconceito é executado na prática, ou seja, quando o preconceito sai do discurso e ocorre a discriminação, o indivíduo sofre diretamente com a ação baseada no preconceito.

Ainda em relação à discriminação, devemos diferenciar as formas como ela se apresenta, podendo ser direta ou indireta. A discriminação é classificada como direta quando, no ato discriminatório, o indivíduo é intencionalmente tratado de forma desigual, por consequência de uma característica individual ou de grupo. Já a discriminação indireta ocorre quando o ato indiferente aparece sem uma intenção visível; a princípio, sua origem se apresenta neutra, mas se transforma em práticas discriminatórias.

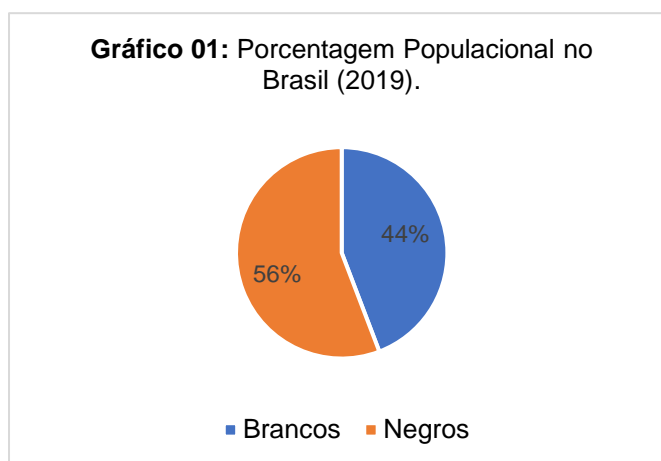
Contudo, apesar de possuírem conceitos distintos, tanto o racismo, o preconceito quanto a discriminação estão ligados e são fundamentais para entender como se desenvolvem as relações de poder entre as características de identidade. Eles existem para a garantia e manutenção das desigualdades sociais.

### **1.3 O RACISMO E SUAS MANIFESTAÇÕES NA ATUALIDADE BRASILEIRA**



Como Como já discutimos anteriormente, o preconceito racial é uma opinião formulada com base em estereótipos sobre indivíduos que pertencem a um determinado grupo racializado. No Brasil, essa situação é bastante comum, uma vez que o racismo e o preconceito estão diretamente ligados ao sistema escravocrata. Além disso, o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão. Vamos examinar alguns exemplos de preconceito que continuam a afetar a população negra no século XXI.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma pessoa negra é aquela que se identifica como preta ou parda. Embora a população negra represente mais da metade dos brasileiros, o Brasil está longe de ser um país igualitário. Conforme constatado na pesquisa de desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, 55,8% da população brasileira é negra. Em teoria, os índices deveriam ser divididos proporcionalmente entre negros e brancos. No entanto, na prática, isso está longe de acontecer, tornando as desigualdades uma constante em nosso cotidiano (IBGE, 2019). O gráfico a seguir mostra a composição da população brasileira. Embora os números estejam arredondados para cima, é possível notar que a maioria é composta por pessoas negras.

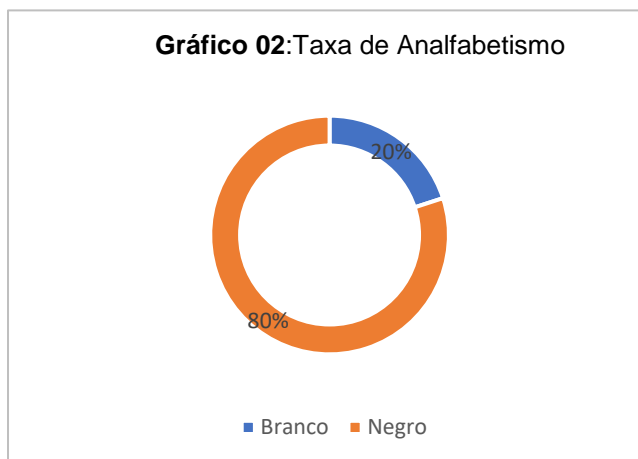


O sistema educacional reflete claramente o que acabamos de discutir, com índices bastante desfavoráveis. De acordo com o IBGE (2019), a pesquisa mostra que a probabilidade de um negro ser analfabeto é cinco vezes maior do que a de um branco. Isso se estende a todos os níveis de ensino. No ensino superior, por exemplo, apenas uma em cada quatro pessoas que conseguem um diploma é negra.

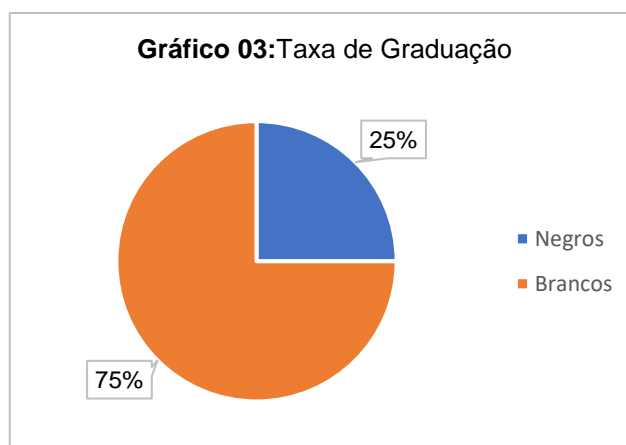
A discriminação racial afeta a qualidade de vida dos negros, causando dificuldades em vários aspectos, como a educação. Devido à falta de uma estrutura familiar que forneça apoio nos estudos, o jovem negro enfrenta complicações para

ingressar no ensino superior. E quando finalmente consegue entrar, enfrenta outro obstáculo: manter-se na instituição.

Vamos analisar a situação nos gráficos a seguir:



Nesse gráfico, conseguimos visualizar com clareza a desigualdade entre branco e negros no que se refere a alfabetização e dificuldade em conquista-la.



No gráfico 02, a diferença de oportunidade é visível: o indivíduo negro precisa lutar três vezes mais do que o branco para conseguir entrar em uma universidade e concluir o curso.

Ao longo de vários anos de luta, a comunidade negra conseguiu conquistar algumas melhorias e assim diminuir uma pequena porcentagem dessa desigualdade. A Lei nº 12.711, de agosto de 2012, também conhecida como Lei de Cotas, é um ótimo exemplo. O objetivo por trás da criação dessa lei é justamente diminuir os diferenciais econômicos, sociais e educacionais. Ela atua contra a desigualdade do sistema que favorece um grupo racial em detrimento de outros. De acordo com o artigo 1º da Lei nº 12.711 da Constituição de 1988:

As instituições federais de educação superior, [...] reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% [...] de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL. 1988, Lei 12.711).

Após a aprovação da Lei de Cotas, a população negra conseguiu melhorar seu ingresso nas universidades. No entanto, a igualdade ainda não foi alcançada, e o impacto dessa desigualdade se intensifica quando consideramos áreas além do sistema educacional.

A trajetória de um indivíduo negro para ingressar no mercado de trabalho é repleta de anos de estudos e preparação para ocupar uma posição de reconhecimento. No entanto, os números não estão a seu favor. Segundo o IBGE (2019), "Em 2018, enquanto 34,6% das pessoas ocupadas de cor ou raça branca estavam em ocupações informais, entre as de cor ou raça preta e parda, esse percentual atingiu 47,3%". Isso evidencia a persistente desigualdade racial. Quando um negro concorre com outro indivíduo com as mesmas capacidades profissionais em uma entrevista de emprego, ele é frequentemente visto como incapaz ou inferior, simplesmente por causa da cor da pele. Isso resulta em preconceito racial que impede que ele consiga a vaga.

Mesmo quando consegue adentrar o mercado de trabalho, o indivíduo negro continua a enfrentar ações racistas. Um bom exemplo disso é a desigualdade salarial, onde um indivíduo é julgado por sua aparência. Essa diferença salarial entre negros e brancos, de modo geral, já é conhecida. No ano de 2019, o IBGE divulgou uma pesquisa que mostrou que os brancos ganham cerca de 68% a mais do que os negros.

De acordo com a pesquisa de desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil realizada pelo IBGE (2019): (2019):

A desigualdade salarial em favor da população ocupada branca ocorreu com intensidades distintas nas Grandes Regiões, mas se manteve tanto nas Unidades da Federação que apresentaram os menores rendimentos Maranhão, Piauí e Ceará, quanto nas que registraram os rendimentos mais elevados Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro. (IBGE, 2019).

Com base nas afirmações da pesquisa, podemos identificar os níveis de desigualdade salarial em determinadas regiões. As localidades com menores rendimentos possuem uma população majoritariamente negra ou parda.

As desigualdades raciais permeiam diversas esferas da sociedade, tornando a discriminação visível à distância, como no sistema político do Brasil. Isso ocorre principalmente porque o racismo é, em sua essência, um processo político. Silvio Almeida descreve isso da seguinte maneira: "O racismo é um processo político [...] porque, como um processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político; caso contrário, seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros" (ALMEIDA, 2019, p.35). Ou seja, o poder que governa a sociedade brasileira está corrompido pelas ideologias racistas.

Em um país que se autodenomina democrático e possui uma população majoritariamente negra, o racismo nas instituições é bastante evidente, como no sistema político, onde os representantes são majoritariamente brancos. Apesar do pequeno aumento no número de negros na Câmara dos Deputados, de acordo com a Agência Câmara de Notícias de 2018, "o número de deputados negros [...] cresceu quase 5% na eleição de 2018 em comparação com 2014, mas o grupo continua sub-representado na Câmara dos Deputados em relação ao tamanho da população". A quantidade de negros que participam das decisões políticas do país vem aumentando. O ritmo em busca da igualdade pode ser considerado lento, mas os esforços da população negra continuam a trazer resultados cada vez melhores. Com base nisso, devemos esperar aumentos nos índices da população negra nas esferas de representação política do Brasil.

No Brasil, as lutas, os protestos e a busca incessante por melhores condições e igualdade das pessoas de raça negra têm crescido e recebido apoio em diferentes esferas da sociedade, inclusive na digital. Com o auxílio da internet e das mídias digitais, o combate à discriminação racial tem alcançado o apoio de diversas pessoas ao redor do mundo. No entanto, existe também o outro lado da moeda, onde indivíduos presos a mentalidades do passado usam o anonimato que o espaço virtual proporciona para criar perfis falsos e se sentem à vontade para subjugar e ofender determinados grupos sociais, dificultando a busca por igualdade social.

Após a oficialização da lei que acabou com o sistema de escravagismo, os negros africanos foram expulsos das terras e deixados ao relento. Não houve nenhuma tentativa de inserir esses indivíduos na sociedade, nem nenhum auxílio foi dado para minimizar essa situação. A exclusão atinge diretamente os cidadãos negros, que são deixados de fora de diversos ambientes físicos e virtuais. Apesar de estarem inclusos, eles não estão necessariamente integrados.

## **2 DAS LEIS ÀS PRÁTICAS: A EDUCAÇÃO HISTÓRICA COMO FERRAMENTA DE COMBATE AO RACISMO**

O racismo é uma construção histórica e social que marca o Brasil desde o período colonial, caracterizado pela escravidão. Apesar de alguns progressos na legislação e nas políticas públicas, o racismo ainda se perpetua na sociedade brasileira, expressando-se de diversas formas, o que acaba gerando desigualdades e violências. Neste cenário, o dia 21 de março, estabelecido pela ONU como o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, representa uma ocasião de reflexão e ação para a promoção da equidade racial no país. Neste trabalho, pretende-se examinar a importância do combate ao racismo na contemporaneidade, enfatizando o papel do ensino da disciplina de história como um recurso pedagógico para a valorização da diversidade cultural e étnica do Brasil. Para isso, debater como o professor poder tratar os temas relacionados à história e à cultura afro-brasileira, destacando as contribuições dos negros para a constituição da identidade nacional e para o desenvolvimento do país.

A disciplina de História, que hoje integra o currículo escolar do sistema educacional brasileiro, percorreu uma longa trajetória até se consolidar como um campo de conhecimento autônomo e relevante para a formação e o desenvolvimento do pensamento crítico do ser humano. Nesse sentido, ela se configura como um instrumento adequado para atuar na prevenção e no enfrentamento do racismo.

Segundo Cardin Hortência:

o Ensino de História pode ser utilizado como uma ferramenta importante já que, apoiado nos objetivos estabelecidos através dos PCN's, podemos compreender a contribuição da população negra na formação da identidade nacional do Brasil sem estereótipos, pois entre as finalidades do ensino de História, está estabelecido (2019, p. 03).

A educação histórica tem um papel fundamental na promoção de uma sociedade antirracista, pois possibilita aos estudantes o acesso ao conhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira, bem como o reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial brasileira. Por meio da educação histórica, os estudantes podem desenvolver uma postura crítica e reflexiva no que se refere as relações raciais do país, identificando e combatendo as manifestações de racismo,

discriminação e preconceito que afetam a cidadania e os direitos humanos. Para tanto, é imprescindível que os professores sejam formados e orientados para abordar a temática da educação antirracista de forma transversal e interdisciplinar, utilizando metodologias e recursos didáticos diversificados e adequados à realidade dos alunos.

Em contraste com outras estratégias de combate ao racismo na sociedade brasileira, que visam sensibilizar a população adulta sobre suas práticas e ações discriminatórias, a educação histórica tem um potencial maior de transformação social, uma vez que a mesma atua na formação de sujeitos críticos e conscientes desde a infância a juventude. Esses sujeitos são capazes de questionar o papel da escola e da educação que ela oferece, bem como de reivindicar uma educação que vá além da alfabetização e da preparação para o mercado de trabalho, mas que contribua para a construção de uma identidade nacional plural e democrática.

Conforme Carmen Teresa Gabriel Anhorn, Warley Costa:

[...] o ensino de História do Brasil apresenta-se [...] como um terreno de disputas entre diferentes memórias coletivas no qual os sujeitos/alunos são interpelados a se posicionarem e a se identificarem com determinadas demandas de seu presente, tendo como base as relações estabelecidas com um passado inventado como 'comum' e legitimado nas aulas dessa disciplina (ANHORN; COSTA, 2011, p. 133).

Assim, compreende-se que a escola não pode atuar sem considerar a demanda do aluno, não basta executar, tem que ser eficaz. Isso se evidencia com frequência quando se trata de racismo e discriminação, pois foram elaboradas diversas estratégias para combatê-los, mas nem todas trazem resultados.

Por outro lado, a abordagem do enfrentamento ao racismo por meio do ensino da disciplina de história, atua com uma parcela da mais jovem da sociedade, os que ainda estão no processo de formação dos ideais de um cidadão, "em um processo de construção de mentalidade", nesse cenário, cabe aos docentes, especialmente os docentes de história a expressiva responsabilidade de orientar cada discente a ter uma conduta e uma visão clara da diversidade que os cerca cotidianamente. Desse modo, o convívio com as diferenças étnico-raciais será muito mais saudável. O docente na luta contra o racismo, ao utilizar o saber histórico na sala de aula, começa a desfazer as representações sociais negativas sobre a população negra que foram influenciadas pelos padrões europeus e acabaram a provocar a reprodução do

preconceito e os estereótipos do continente africano. Surge então a necessidade de conhecermos mais a respeito do ensino da história e suas origens.

A origem do ensino de história está relacionada ao surgimento da própria disciplina histórica, que se desenvolveu a partir do século XIX, com base em métodos científicos e fontes documentais. No Brasil, o ensino de história foi instituído como parte do currículo das Humanidades clássicas, no Colégio Pedro II, em 1838, com o objetivo de formar uma elite política e cultural para o Império. Ao longo dos séculos XIX e XX, o ensino de história passou por diversas transformações, tanto em relação aos conteúdos quanto às práticas pedagógicas, refletindo as mudanças sociais, políticas e culturais do país e do mundo. A proposta atual do ensino de história visa contemplar a pluralidade de agentes, temporalidades e espacialidades que constituem a trajetória humana, estimulando o raciocínio crítico, a participação social e a identificação dos estudantes.

A constituição do ensino de história como disciplina autônoma remonta à França em meados do século XIX, e tinha como objetivo forjar a origem da Nação, enfatizando os acontecimentos mais relevantes. No que se refere ao ensino de História no Brasil, podemos afirmar que sofreu influência da matriz francesa na qual historiadores como Selva Guimarães (1993), mostram que a História do Brasil ocupava uma posição periférica em relação à História Universal.

O ensino de história na escola fundamental brasileira esteve desde sua inclusão nos programas escolares (século XIX) fortemente articulado a tradições europeias, sobretudo francesa. Durante o século XIX e início do século XX, privilegiava-se o ensino de história universal segundo o esquema quadripartite: história Antiga, história da Idade Média, história Moderna e história Contemporânea. O ensino de história do Brasil era visto em conjunto com a história universal numa posição secundária. (FONSÊCA, 1993, p.51).

Uma análise histórica da disciplina de História no Brasil revela que ela se consolidou como um campo autônomo de conhecimento apenas no período do Estado Novo, quando o Ministério da Educação e Saúde Pública a instituiu como parte do currículo escolar. Desde então, o ensino de História tem sido palco de disputas e conflitos entre os docentes e as diretrizes estatais. As transformações ocorridas ao longo dos anos refletem as mudanças nas concepções e nos objetivos dos saberes históricos, que foram objeto de diversas reformas curriculares em diferentes níveis de

governo. No entanto, a disciplina mantém seu papel fundamental na formação cidadã, conforme expresso nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Um marco importante nesse sentido foi a promulgação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas. Essa lei representou um avanço na valorização da diversidade étnico-racial e na promoção da educação antirracista, ao oferecer aos professores mais um recurso para desconstruir os estereótipos e os preconceitos que ainda persistem no ambiente escolar:

Diversos estudos comprovam que, no ambiente escolar, tanto em escolas públicas quanto em particulares, a temática racial tende a aparecer como um elemento de inferiorização daquele/a aluno/a identificado/a como negro/a. Codinomes pejorativos, algumas vezes escamoteados de carinhosos ou jocosos, que identificam alunos (as) negros(as), sinalizam que, também na vida escolar, as crianças negras estão ainda sob o jugo de práticas racistas e discriminatórias. (BRASIL, 2006).

A inclusão das temáticas de História africana e cultura afro-brasileira nos currículos escolares é fundamental, pois sua abordagem na sala de aula contribui para desconstruir a visão eurocêntrica e os estereótipos sobre o continente, ao reconhecer o povo africano e seus descendentes como sujeitos históricos e culturais, e para combater as representações negativas, o preconceito e as discriminações. Dessa forma, podemos compreender como o ensino da disciplina de história é um agente poderoso na luta contra o racismo.

A Lei 10.639/03 representa uma resposta à política de ação afirmativa do Estado, reivindicada há décadas pelos movimentos sociais negros. Portanto, a referida lei é considerada um marco histórico para a ampliação e abrangência das políticas étnico-raciais para a educação brasileira, ao se constituir como instrumento de construção social, tratamento político e educação.

A Resolução 01/2004, em seu artigo 1º, estabelece a obrigatoriedade do conteúdo da história e cultura afro-brasileira e africana em todos os níveis da educação brasileira. Nesse sentido, o artigo diz:

A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores (BRASIL, 2004, p. 1).



A lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, representa um avanço significativo na luta antirracista e antidiscriminatória no Brasil, pois modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para inserir a história e cultura afro-brasileira e africana no currículo das escolas brasileiras. Trata-se de um passo relevante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, para entendermos sua real importância, é preciso resgatar os primeiros movimentos negros em busca da educação.

Antes da aprovação da Lei 10.639/03, ocorreram vários fatos, várias lutas que foram fundamentais para o desenvolvimento de uma igualdade racial no país, tais lutas tiveram seu início principalmente na época da escravidão e se estenderam até a legitimação da Lei 10.639 do ano de 2003.

Iniciando essa descrição do contexto histórico da Lei 10.639/03, temos o Decreto 1.331-A de 17 de fevereiro de 1854, o qual estabelece “que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores” (DECRETO 1.331-A apud ROCHA, 2011, p. 17).

Outro decreto que impactava diretamente os negros no acesso à educação é mencionado por Rocha (2011, p.17):

O Decreto nº 7.031-A de 6 de setembro de 1878, por sua vez, estabelecia que os negros só poderiam estudar no período noturno. A escola noturna era aberta apenas a clientela adulta, maior de 14 anos e essencialmente masculina. Uma lei complementar de 5 de dezembro de 1824 proíbe o leproso e o negro de frequentar a escola pública.

Este decreto restringia a participação da população nas instituições educacionais durante o dia, pois confinava o acesso da população negra ao turno da noite. Entretanto, percebe-se as estratégias que objetivavam dificultar o ingresso dessa população nas escolas.

Alguns anos depois, no período de transição do Império para a República, a ausência de políticas públicas afetou diretamente os negros, que foram marginalizados pela falta de escolarização, uma vez que a educação foi um fator relevante no processo de abolição do trabalho escravo.

Prosseguindo com essa situação descrita acima, Rocha 2011, afirma o seguinte:

Pode-se dizer que houve uma preocupação do poder público com a importância da educação como elemento de inclusão social. Mas tal inclusão, para os ex-escravos e seus descendentes, realizou-se de forma absolutamente marginal, pois constitui uma dualidade do ensino, representando as desigualdades entre dois grupos sociais. Havia uma escola para anteder à sociedade da época com suas necessidades e outra para os trabalhadores. Em outros termos: a escolas diferentes para públicos específicos nos quais uns têm acesso à riqueza material e os outros não. (p. 17).

Segundo o exposto, pode-se concluir que a condição educativa dos negros permaneceu marcada pela discriminação e pelos estereótipos, relegando a população negra à periferia da sociedade, evidenciando assim uma “inclusão social falsa” que marginaliza os desfavorecidos. Ao longo dos anos no Brasil, as lutas e os debates sobre as questões raciais foram ganhando espaço e formando coletivos. Nesse contexto, surge a Lei Afonso Arinos de 1951, que se constitui como o primeiro instrumento jurídico de combate às práticas discriminatórias. A partir de então, surgiram vários movimentos sociais negros em busca da inclusão social da população afro-brasileira, entre eles: “o Conselho Nacional de Mulheres Negras e o I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, o Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978 e outros. (SANTOS, 2005).

No contexto histórico brasileiro, a educação voltada para a valorização da história e da cultura africana e afro-brasileira é fruto de uma longa trajetória de lutas e reivindicações do movimento negro, que buscava o reconhecimento, a superação do racismo, da discriminação na sociedade e na escola. Um marco importante dessa trajetória foi o projeto de lei apresentado pelo Deputado Federal Abdias do Nascimento, em 1983, que propunha a inclusão do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todos os níveis de ensino. Apesar de não ter sido aprovado, o projeto representou um avanço significativo na pauta da educação para as relações étnico-raciais (MÜLLER & COELHO, 2013).

Vinte anos depois, em 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi sancionada a Lei Federal nº 10.639, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, atendendo às demandas históricas do movimento negro e estabelecendo um marco legal, político e pedagógico para o enfrentamento das desigualdades raciais no país. A lei foi fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que orientam os sistemas de ensino a inserir conteúdos que relacionem a história e a cultura da África

e dos afro-brasileiros no currículo escolar, fortalecendo os laços existentes entre o Brasil e a África. (MEC, 2023)<sup>3</sup>

Segundo (NUNES; SILVA; ROCHA; SANTOS 2019), essa lei representou uma resposta do Estado às demandas históricas do movimento negro, que há décadas denunciava a exclusão e a discriminação racial no país.

O reconhecimento das diferenças sucedidas do período da escravização do negro no Brasil e também do reconhecimento da participação dos povos negros no processo histórico desse país, os movimentos sociais e populares, através de lutas e junto ao governo brasileiro, aprovaram em 2003 as Diretrizes para a Educação Multirracial e Interétnica para ser implementada nas escolas do país. Essa lei é exatamente um dos caminhos de afirmação e reconhecimento da cultura e história africana e afro-brasileira, enfatizando a autoestima e a importância dessa cultura na conjuntura e formação brasileira. (p. 208).

Como dissemos, a Lei 10.639/03 representa um marco na valorização da cultura e da história afro-brasileira no âmbito educacional, pois resulta de um processo histórico de lutas, discursos e manifestações que reivindicaram esse reconhecimento. Seu objetivo é promover a reparação das injustiças, o enfrentamento da discriminação e do preconceito, e a inclusão social dos sujeitos afrodescendentes no sistema educacional brasileiro. (NUNES; SILVA; ROCHA; SANTOS 2019).

Nesse sentido, os benefícios que a Lei nº 10.639/03 proporciona podem ser expressos nas palavras de Beloto, Vitorino.

A Lei nº 10.639/03 foi uma conquista dessas reivindicações do movimento negro brasileiro em que traz a obrigatoriedade de abordar a História da África e afro-brasileira nas salas de aula, no sentido de expor a contribuição de africanos e descendentes na construção e formação da história e cultura nacional. Desta forma, tendo como resultado, a diminuição de estereótipos raciais e a ideia de passividade frente ao regime escravista na História do Brasil. (2021, p. 04).

A Lei nº 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira em todos os níveis de ensino, fundamental, médio, públicos e privados. No entanto, a implementação dessa lei ainda enfrenta obstáculos, uma vez que muitos docentes se sentem despreparados, pois não tiveram em sua formação uma abordagem adequada para lidar com essa temática.

---

<sup>3</sup> Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

Contudo, é inegável que o Brasil é um país marcado pela discriminação, onde o racismo se manifesta de diversas formas, afetando várias instituições sociais, inclusive as escolas, onde muitos educadores não sabem como abordar a questão racial na sala de aula, talvez por não terem vivenciado isso no início de sua trajetória profissional, ou por não terem recebido a capacitação necessária para tratar de situações preconceituosas. Independentemente das lacunas na formação docente, cabe ao educador mostrar na sala de aula que o Brasil é um país constituído por diversas raças, costumes e culturas, portanto, devemos valorizar e respeitar a diversidade étnico-racial. Mas alguns, por falta de orientação pedagógica, não sabem como proceder e precisam de subsídios que os auxiliem a superar os desafios que o ensino nos apresenta a cada dia.

De acordo com as palavras de Lourival dos Santos e Maria Lima, podemos compreender como as relações raciais estão configuradas:

[...] pode-se afirmar que já somos educados para as relações étnico-raciais em nossa sociedade dentro de um certo prisma que, por um lado, permite que percebamos a existência, mesmo que entendida como 'amena', do preconceito e da discriminação, mas, simultaneamente, por outro lado, nunca admitindo-se pessoalmente ser racista (SANTOS; LIMA, 2014, p. 7).

As relações raciais são um tema complexo e desafiador na sociedade contemporânea, que envolve aspectos históricos, culturais, políticos e éticos. Embora possamos afirmar que temos uma consciência crítica sobre a existência e as consequências da discriminação e do preconceito racial, nem sempre reconhecemos as nossas próprias atitudes e práticas racistas, que podem ser explícitas ou implícitas, individuais ou coletivas. Nesse sentido, é necessário não apenas uma formação continuada dos professores para uma abordagem crítica e reflexiva na sala de aula, mas também uma educação antirracista para a sociedade como um todo, buscando assim, promover uma mudança de paradigma a partir de uma análise crítica das nossas posições e identidades raciais, e das possíveis causas e soluções para o problema.

### **3 CONSCIÊNCIA RACIAL EM GRAJAU: ANÁLISE QUANTITATIVA DA PERCEPÇÃO DE RACISMO ENTRE DOCENTES E DISCENTES**

Conforme podemos ver na retrospectiva e nos acontecimentos mencionados anteriormente, é certo que vivemos em um país racista. Contudo, para conseguir descrever a forma que o racismo é visto pela população da cidade de Grajaú do Maranhão, foi realizado uma pesquisa em duas partes, a pesquisa consiste em dois questionários, cada um com dez questões de múltipla escolha, “ **a** ) (  ) *Sim* **b** ) (  ) *Não* **c** ) (  ) *Não sei opinar*” direcionadas para um público bem específico, os alunos e professores do Ensino Médio de algumas escolas do município, tais como: Centro de Ensino Professor Dimas Simas Lima, Centro de Ensino Livino de Sousa Rezende e Centro de Ensino Amaral Raposo.

As escolas foram escolhidas pela sua posição geográfica, sendo que o centro de Ensino Dimas Simas Lima fica localizado no bairro Canoeiro, o Centro de Ensino Livino de Sousa Rezende fica localizado no Bairro Trizidela e o Centro de ensino Amaral Raposo fica localizado no Bairro Rodoviário, dessa forma as três escolas juntas atendem grande parte da cidade de Grajaú, assim sendo, temos uma noção geral do posicionamento dos alunos e professores no âmbito racial.

No questionário cada questão tem um objetivo de revelar a posição e o conhecimento dos alunos e professores no que se refere a questão racial nas escolas e na comunidade grajaúense. Vamos começar analisando as questões e o resultados obtido no questionário direcionado ao corpo docente de Grajaú.

*Questão 01: Você acha que o ensino de história é importante para combater o racismo nas escolas?*

Essa questão busca tornar clara a opinião dos professores da disciplina de história quando falamos de combate ao racismo nas escolas, em outras palavras, se conhecer o racismo ajuda a combatê-lo no ambiente escolar. Dentre 07 questionários aplicados aos professores, os 07 marcaram a alternativa “A” responderam que “sim” acreditam que é importante o ensino de história na luta contra o racismo nas escolas.

As pesquisas sobre a história e cultura afro-brasileira e africana apresentam o processo de luta para superar a discriminação e a desigualdade racial, por isso as atividades educativas estão sendo realizadas com base na Lei 10.639/03 pode ser considerada um passo em direção a grandes mudanças nas escolas e na sociedade, e conforme a pesquisa nos mostra, os professores de Grajaú estão juntos nessa luta, podemos ver isso nas respostas da questão 02, como podemos ver abaixo.

*A questão 02: Você inclui discussões sobre racismo e igualdade racial em suas aulas?*

A segunda questão busca descobrir se discursões sobre racismo e igualdade racial estão inseridas nas aulas dos professores de história. O resultado 07 alternativas “A” dentre os professores questionados, todos que essa temática está incluída em suas aulas.

A escola atua na sociedade contribuindo para a formação de uma mentalidade mais tolerante, mais aberta, o responsável por realizar essa missão é o professor, e a implementação de discursões referentes ao racismo dentro da sala de aula é a forma perfeita de preparar os alunos a respeitar as contribuições culturais de cada cidadão,

A questão 03: *Você acha que os alunos estão interessados em aprender sobre racismo e igualdade racial?*

Essa alternativa busca mostrar o nível de interesse dos alunos em aprender sobre o racismo, mas da perspectiva dos professores. Dos 07 professores, 03 marcaram alternativa “A” e 04 marcaram a alternativa “B”, com isso podemos perceber que existe uma grande quantidade de alunos que não tem muito interesse pela luta contra o racismo.

Como podemos ver, a maioria dos professores acreditam que os alunos não estão interessados em aprender sobre racismo e igualdade racial, contudo, Lei 10.639/03 está coerente, uma vez que um dos seus objetivos com a aplicação obrigatória da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo das escolas brasileiras, é a desconstrução dessa mentalidade eurocêntrica, mesmo alguns alunos não demonstrando tanto interesse com essa temática, é trabalho do professor contornar esse visão que alguns discentes possuem.

Já em se tratando da questão 04: *Você já presenciou algum incidente de racismo na escola?*

Essa alternativa é curta e direta na busca por incidente de racismo no âmbito escolar. Dentre os 07 professores, 06 responderam “A” e 01 respondeu “B”, com isso, podemos concluir que na escola, assim como em outras áreas da sociedade, o racismo está presente e os incidente que ele provoca estão sendo presenciados por grande parte do corpo docente.

A questão 05: *Você já interveio em algum incidente de racismo na escola?*

A alternativa 05 vem como um complemento a questão 04, e seu objetivo é mostrar o que os professores costumam fazer ao se depararem com um incidente de racismo na escola. O resultado do questionário foi o seguinte: dos 07 professores, 03 responderam “A” e 04 responderam “B”. com isso podemos dizer a maioria dos

professores já presenciou incidentes de racismo na escola, mas apenas uma pequena parte teve a iniciativa de fazer algo imediato.

Analisando as perguntas 04 e 05, podemos interpretar esses incidentes presenciados pelos professores e o fato deles intervirem ou não, a uma descrição feita por Silvio Almeida no seu livro *Racismo*, onde eles dizem o seguinte:

O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea [...] as expressões do racismo no cotidiano [...] são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade. (Almeida, 2019. p.15)

Segundo a visão de Silvio Almeida, o racismo é uma manifestação normal de uma sociedade, mas isso não é motivo para se conformar com a realidade, mas sim para realizar a uma transformação nas pessoas que a compõe.

Em se tratando da questão 06: *Você acha que a escola oferece suporte suficiente para os professores lidarem com incidentes de racismo?*

Essa questão tem como foco mostrar o preparo da escola para lidar com situações de racismo. Indo para o resultado obtido no questionário, notamos que dentre os 07 professores, 01 marcou a alternativa "A", quanto 06 marcaram a alternativa "B", isso mostra que a grande maioria dos professores não vê na escola o suporte necessário para lidar com incidentes de racismo.

A questão 07: *Você acha que os pais deveriam ser mais envolvidos na discussão sobre como combater o racismo nas escolas?*

Essa alternativa tem um foco diferente, busca a posição da família em relação ao combate ao racismo, o questionário mostra que segundo a opinião dos professores, os pais devem ser incluídos nas discussões sobre o tema, pois dos 07 professores questionados, os 07 responderam a alternativa "A", isso revela uma possível possibilidade de se combater o racismo nas escolas.

Analisando a realidade de incidentes raciais que se presencia nas escolas, como vimos no resultado da questão 04, notamos que é necessária uma transformação, assim como Almeida 2019 defende, a escola tem realizado uma parcela nessa luta pela transformação, pela construção de uma "sociedade mais igualitária", no entanto, os professores acreditam que o que é feito pela escola não é suficiente, como podemos observar nos resultados da questão 06 mencionada logo acima. Segundo os docentes, a escola precisa fazer mais para realizar seu papel

nessa luta contra o racismo no ambiente escolar, “o suporte fornecido aos professores precisa ser melhorado”. outra forma que podemos verificar se o que a escola está fazendo no combate ao racismo é suficiente é na questão 09, onde vemos que a maioria dos docentes acham insuficiente.

Observando por um ângulo diferente, outra área da sociedade que poderia está realizando um pouco mas nessa busca pela igualdade, é a família, onde os pais poderiam desenvolver uma participação mais ativa, pois segundo a opinião dos professores, os pais precisam ser mais incluídos, tanto nos eventos realizados nas escolas quanto a educação que os pais entregam a seus filhos, um conhecimento da história da África e da cultura afro-brasileira, contribui muito na desconstrução dos preconceitos e conseqüentemente dos diminui a frequência e o número de incidentes raciais que ocorrem nas escolas.

*Questão 08: Você acha que os alunos deveriam ter mais voz na discussão sobre como combater o racismo nas escolas?*

Essa alternativa busca saber se os professores acreditam que os alunos devem ter mais participação nas discussões do tema. Casando com a questão 07, a oitava questão mostra que os alunos estão sendo deixados de lado quando falamos em combater o racismo. Pois o questionário traz um resultado unanime, pois todos os 07 professores marcaram a alternativa “A”.

A escola, o professor, o corpo escolar de maneira geral, têm a função de desenvolver a formação de indivíduos livres de preconceitos raciais, para isso faz se necessário a que os discentes sejam ouvidos quando o assunto for combate ao racismo na escola, assim, uma nova visão seria atribuída nas ações de combate ao racismo.

*No que se refere a questão 09: Você acha que a escola está fazendo o suficiente para combater o racismo?*

Sobre esta, podemos dizer que vai de encontro a questão 06, onde busca saber se a escola tem suporte para lidar com combate ao racismo, a alternativa 09 busca descobrir se a escola está fazendo o suficiente nessa luta, se está usando fazendo tudo o possível para resolver e/ou diminuir os incidentes nessa luta contra o racismo na escola. O resultado do questionário mostra que a escola não está fazendo tudo o que poderia, uma vez que, dos 07 professores, 02 responderam “A” e 05 responderam “B”, isso mostra que o corpo gestor da escola deveria se esforçar mais nesse combate.



Já no que se refere a questão 10: *Você acha que o ensino da disciplina de história e da cultura afro-brasileira é importante no combate ao racismo na escola?*

Essa questão busca saber a opinião dos professores em relação ao impacto positivo do ensino da cultura afro-brasileira na disciplina de história para o combate ao racismo no ambiente escolar. O resultado foi unânime, os 07 professores marcaram a alternativa “A” mostrando que acreditam fortemente que o ensino da cultura afro-brasileira contribui significativamente na luta contra o combate ao racismo na escola.

A veracidade dessa questão pode ser conferida na implementação a Lei 10.639/03, tornando uma obrigação dos professores o *ensino da disciplina de história e da cultura afro-brasileira* os quais devem ser instruídos para esse fim, como já descrevemos anteriormente, é através do ensino da cultura afro-brasileira que alguns discentes oportunistas e voz no debate sobre as práticas racistas.

No fim das contas, o questionário aplicado no corpo docente das escolas de ensino médio apresentou o resultado como pode ser observado na tabela abaixo:

Q/Prof.	Questões	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Alternativas	A	7	7	3	6	3	1	7	7	2	7
	B	0	0	4	1	4	6	0	0	5	0
	C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Já em se tratando do questionário direcionado ao corpo discente, temos algumas questões do questionário que foi aplicado ao corpo docente, pois o objetivo é semelhante, identificar o nível de conhecimento e interação dos alunos sobre a temática racial. Sobre as questões da pesquisa com os alunos, estão dispostas da seguinte maneira:

A questão 01: *Você já ouviu falar em racismo?*

Sobre essa curta questão, pode se dizer que seu objetivo é direto, busca saber se o aluno conhece e/ou está ciente da existência do racismo. No que se refere ao resultado do questionário, dos 117 alunos que responderam à pesquisa, 116 marcaram a alternativa “A” e apenas 01 aluno assinalou a alternativa “C”, com isso podemos entender que a existência do racismo não é algo que está escondido, uma vez que, grande maioria dos alunos já ouviu falar nesse assunto ao menos uma vez.

Podemos dizer que é de extrema importância ter conhecimento de como estão os alunos quando o assunto é racismo, o simples fato de os discentes terem conhecido da existência do racismo, como vemos no resultado da questão 01, já

contribui na luta contra essa desigualdade, ainda assim, faz se necessário que os alunos aprofundem seus conhecimentos referente ao racismo, entendendo as suas concepções “individualista, institucional e estrutural”, e a forma que ele se apresenta na sociedade “preconceito, racismo e discriminação”, como já dito por Silvio Almeida anteriormente.

*A questão 02: Você já presenciou algum incidente de racismo na sua escola?*

Segundo os dados obtidos na questão 01, já sabemos que os alunos estão cientes da existência do racismo, a questão 02 vem com objetivo de descobrir se algum discente já observou algum incidente de racismo na escola. A resposta é a seguinte, dos 117 alunos questionados, 76 responderam a alternativa “A”, 37 responderam a alternativa “B” e apenas 04 responderam a alternativa “C”, isso nos permite concluir que do ponto de vista dos alunos, a escola é sim um ambiente onde ocorrem diversos incidentes de racismo.

O que determina a quantidade de incidentes de racismo presenciados no ambiente escolar mostrado no resultado da questão 02, é a classificação dos indivíduos com base em suas “características físicas ou práticas culturais, nisso surge então a classificação racial” que fazem incidir o mecanismo de distribuição de privilégios e de desvantagens (Almeida, 2019. p.49).

*A questão 03: Você já foi vítima de racismo na escola?*

Essa questão vem como complemento a alternativa 02, uma vez que já constatamos que os alunos já presenciaram incidentes, agora buscamos saber se os alunos já foram vítimas de racismo enquanto frequentam a escola. O resultado que a pesquisa mostrou foi o seguinte: dos 117 alunos questionados, 34 marcaram a alternativa “A”, 72 marcaram a alternativa “B” e 11 assinalaram a alternativa “C”, nisso concluímos que os alunos que se tornam vítimas de incidentes racista é a minoria, no entanto, não significa de maneira alguma que o empasse está resolvido, mas mostra que precisa de mais atenção.

Analisando as questões da pesquisa em conjunto, podemos concluir o seguinte, temos um grande número de alunos que conhece a existência do racismo na questão 01, temos uma quantidade média de discentes que já presenciaram algum incidente de racismo na questão 02 e na questão 03 temos uma quantia menor de alunos que já sofreram sendo vítimas de racismo, nisso podemos concluir que tem pessoas apenas assistindo os incidentes, quando deveriam está impedido o racismo

de se reproduzir, uma vez que ele “não poderia se reproduzir se, ao mesmo tempo, não alimentasse e fosse também alimentado”. (Almeida, 2019. p.54)

A questão 04: *Você acha que a educação sobre o racismo e igualdade racial é importante pra combater o racismo nas escolas?*

Essa alternativa busca saber se a educação, se temas tratados nas aulas e na escola de maneira geral tem alguma influência positiva no combate ao racismo no ambiente escolar. Dentre os 117 alunos, 108 responderam a alternativa “A”, 02 alunos marcaram a alternativa “B” e 07 responderam a alternativa “C”, com isso, podemos perceber que 92% dos alunos acreditam no valor da educação abranger o racismo e a igualdade racial no currículo escolar, e no impacto desse ensino no combate ao racismo.

A questão 05: *Você acredita que o ensino da disciplina de história e da cultura afro-brasileira contribui para o combate ao racismo na escola?*

Semelhante a questão anterior, a quinta questão da pesquisa busca saber especificamente a opinião dos alunos em relação ao ensino da disciplina de história e da cultura afro-brasileira no combate ao racismo nas escolas. A pesquisa nos mostra o seguinte: 69 alunos responderam “A”, 27 alunos responderam “B” e 21 alunos responderam “C”, isso nos leva a concluir que assim como a educação sobre racismo e igualdade racial são importantes da perspectiva dos alunos, o ensino da cultura afro-brasileira também possui sua parcela de contribuição nesse combate.

Pois segundo afirma Hortência 2003:

o ensino de história pode ser utilizado como uma ferramenta importante já que, apoiado nos objetivos estabelecidos através dos PCN's, podemos compreender a contribuição da população negra na formação da identidade nacional do Brasil sem estereótipos. (2019, p. 03).

Com isso, podemos afirmar que as a resposta para as questões 04 e 05 são a alternativa “A” e que os alunos estão corretos em acreditar que através da educação podemos combater o racismo nas escolas.

A questão 06: *Os professores intervêm quando ocorrem incidentes de racismo?*

A alternativa busca saber a ação dos professores ao se depararem com algum incidente de racismo, a maioria dos alunos afirma que os professores costumam intervir em situações de incidentes, sendo que 56 dos alunos marcaram “A”, 24 marcaram “B” e 37 marcaram “C”, mostrando que na visão dos alunos, os professores intervêm frequentemente quando dos incidentes de racismo ocorrem, no entanto,

acaba não sendo suficiente, isso fica mais perceptível ao observarmos a quantidade que acreditam que o professor não intervêm.

A questão 07: *Você se sente confortável para relatar incidentes de racismo na escola?*

Essa busca descobrir se os alunos se sentem seguros para relatar quaisquer incidentes de racismo, de reportar o que acontece com eles na escola. A pesquisa mostra que a maioria dos alunos se sentem confortáveis para contar o ocorrido para a supervisão, sendo que 51 alunos marcaram “A”, 43 alunos assinalaram “B” e 23 alunos responderam “C”, apesar de uma boa parte não se sentir à vontade em compartilhar os incidentes, esses são minoria, mas uma vez que esses problemas. Ao observar as essas ultimas questões, notamos que existe uma segregação no que se refere a opinião dos alunos, isso nos revela que apensar de tudo, à vários pontos onde a escola precisa melhorar para que a mesma venha oferecer a seus discentes um ambiente com mais companheirismo e confiança.

A questão 08: *Você acredita que todos os alunos são tratados igualmente, independentemente de sua raça ou etnia?*

Essa questão busca descobrir se os alunos acreditam que exista igualdade na escola a qual frequentam, e o questionário mostra que não existe, sendo que, 31 alunos responderam “A”, 74 alunos responderam “B” e apenas 12 alunos responderam “C”, revelando que do ponto de vista do corpo discente, não existe igualdade nas escolas de Grajaú. Os dados dessa questão mostram que os alunos concordam indiretamente com as palavras de Almeida 2019, onde ele descreve que “a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas [...] porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais” (ALMEIDA, 2019, p.27), são por motivos semelhantes a esse que os alunos não conseguem encontrar igualdade no ambiente escolar.

Quanto a ocorrência de incidentes no ambiente escolar, já percebemos que eles existem, mas o que a próxima questão busca revelar é o posicionamento da escola quando eles ocorrem. A questão 09: *A escola toma medidas adequadas quando ocorrem incidentes de racismo?*

Entre os alunos essa questão está bem dividida, sendo que dentre os 117 alunos, 40 responderam “A”, 47 responderam “B” e 30 responderam “C”, apesar da maioria acreditar que as medidas que a escola toma quando incidentes de racismo

ocorrem, existe uma boa parcela que não está satisfeita e deseja uma melhora nas medidas tomadas quando acontecem incidentes de racismo.

A questão 10: *Você acha que a diversidade racial é bem representada no currículo da escola?*

Essa alternativa busca saber o nível de satisfação do corpo discente com representação da diversidade racial no currículo da escola que frequentam, o resultado obtido revela dois pontos, mostra que a maioria dos alunos está satisfeito com a maneira que a diversidade racial é apresentada no currículo escolar, contudo, também mostra que uma grande parte dos alunos não tem um bom conhecimento da diversidade racial e da maneiras que a escola trabalha essa questão, uma vez que, 46 alunos marcaram “A”, 29 alunos marcaram “B” e 42 alunos responderam “C”. isso nos faz perceber, que apesar das conquistas alcançadas pela comunidade negra ao logo da história, ainda não é o suficiente, e que os professores precisam trabalhar a temática da diversidade racial na sala de aula de uma maneira que os alunos ter conhecimento e voz para dar continuidade na luta contra o racismo.

Q/Alunos	Questões	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Alternativas	A	116	76	34	108	69	56	51	31	40	46
	B	0	37	72	2	27	24	43	74	47	29
	C	1	4	11	7	21	37	23	12	30	42

Após a tabulação do questionário aplicado aos alunos, temos o quadro conforme exibido na tabela acima.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em se tratando apenas de responder à questão “Existe racismo nas escolas de Grajaú?”, a resposta única é “sim”, o resultado da pesquisa mostra isso com dados inquestionáveis. No entanto, além de dizer que a presença do racimo nas escolas de Grajaú é recorrente, a apuração também nos mostra onde ela está acontecendo e como os alunos se sentem em relação a toda essa situação toda.

Assim sendo, podemos dizer que não será mais fácil, por mais que não seja simples a intervenção, entretanto, sabemos onde focar as contramedidas na luta contra o racismo.

Com base nos dados que a pesquisa mostra, podemos estabelecer estratégias mais eficientes no combate contra o racismo nas escolas de Grajaú, uma vez que se torna menos complicador revidar quando se sabe onde o problema está localizado. O

questionário mostrou que os professores de história têm trabalhado a cultura afro-brasileira e os alunos estão interessados em aprender sobre a mesma. A pesquisa também mostrou que a escola tem se posicionado, mas poderia estar fazendo melhor o seu papel. Com isso, já sabemos que uma pequena alteração no plano de aula, uma aula mais reflexiva, que mais mostre os rastros que as práticas racistas provocam, já contribuiria para com a luta diária contra o racismo.

As ações descritas acima, seriam muito eficazes, e em contrapartida, mudaria a visão de alguns alunos em relação à escola não está fazendo o suficiente, assim como os discentes descreveram na questão 07 do questionário dos alunos “Você se sente confortável para relatar incidentes de racismo na escola?” isso nos faz perceber a necessidade da construção de ambiente no qual os alunos se sentam confortáveis para compartilhar o que se passa com eles. Nisso percebemos que a escola não está fazendo o seu melhor no que se refere os discentes, mas também já sabemos onde devemos nos concentrar para mudar esse cenário.

Nessa análise historiográfica visualizamos muito sofrimento que a população negra vivenciou por conta das práticas racistas, entretanto, também é possível observar uma mudança sutil e uma pequena melhora após cada conquista que os negros realizaram, assim sendo, a utilização do ensino da disciplina de história como ferramenta de combate ao racismo, nos impulsiona a trabalhar com foco na geração que está construindo seus ideais, visando excelentes resultados em um futuro próximo.

Dessa forma, a escola de maneira geral, deve direcionar sua atenção para essa questão, sendo que esse combate não pode ser vencido com apenas alguns, torna-se necessário a união de toda a escola, não se limitando ao administrativo, mas incluindo a família e a comunidade local, aplicando o ensino de história e cultura afro-brasileira para formar cidadãos conscientes e sensíveis a questão racial brasileira, e já que não existe um passo a passo a ser seguido que seja capaz de resolver esse empasse de uma vez por todas, devemos dar um passo de cada vez nessa busca por uma escolar e uma sociedade livre do racismo.

## REFERENCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANHORN, Carmen Teresa Gabriel; COSTA, Warley da **Currículo de História, Políticas da Diferença e Hegemonia: diálogos possíveis**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 127-146, jan./abr. 2011.

BELOTO, GISELE M; VITORINO, ARTUR JOSÉ RENDA. **Desafios de uma Política Pública Antirracista Brasileira: Lei Nº 10.639/03**. Investigación, Sociedad y Educación, Campinas, vol. 01, nº 04, julho, 2021.

BOLSANELLO, M. A. **Darwinismo social, eugenia e racismo científico**: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. Curitiba: Educar, 1996. p.153-165.

BOTOSSO, T. C. O. **Racismo no Brasil**. São Paulo, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acessado em: 20 de ago. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Agência câmara de notícias**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545913-numero-de-deputados-negros-cresce-quase-5/>. Acesso em: 21 ago. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em 02 jul 2023.

BRASIL. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. **Parecer Nº 003**, de 10 de março de 2004. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf)>. Acesso em 02 jul 2023.

BRASIL. **Resolução Nº 1**, de 17 de junho de 2004. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>> . Acesso em 02 jul 2023.

CARDIN, Hortência Keize Araújo. **O Ensino de História como Instrumento de Desconstrução das Representações Sociais do Racismo**. Recife: ANPUH-Brasil, 2019.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: **formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**, IBGE, 2019.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**, IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10091/82292>. Acessado em: 20 de ago. 2022.

GUIMARAES, Antônio Sérgio. Cor e Raça. In: Raça: **novas perspectivas antropológicas**. SANSORE, Livio, PINHO, Osmundo Araújo (Orgs). 2. ed. Rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008.

IBGE, Informação demográfica e socioeconômica: **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua** 2018. (pág. 7 a 9 ). Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf) acessado em: 25 de setembro de 2022.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. 2º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**: São Paulo: IBEA, 1983.

MÜLLER, T. M. P.; COELHO, W. N. B. A Lei Nº. 10.639/03 e a Formação de Professores. **Trajetória e Perspectivas Revista da ABPN**. v. 5, n. 11, p. 29-54, jul-out. 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Niterói: EDUFF, 2004.

NUNES, Antonio de Assis Cruz; SILVA, Andréa Luisa Frazão; ROCHA, Luis Félix De Barros Vieira; SANTOS, Clénia de Jesus Pereira. **A lei 10.639/03 como instrumento político-pedagógico na perspectiva do combate ao racismo na educação básica**. Revista de Educação, Ciência e Cultura, Canoas, v.24, n.1, p. (203- 212), mar. 2019.

ROCHA, R. M. de C. **Educação das relações étnico-raciais: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica/ ilustrações de Marcial Ávila**. Belo Horizonte: Mazza Edições. 2011.

SANTOS, Lourival dos; LIMA, Maria. **Reeducação das relações étnico-raciais e ensino de história: reflexões teórico-metodológicas sobre processos de formação docente em lugar de fronteiras**. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 8, n. 16, p. 1-25, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/3815/2092>. Acesso em: 21 junho 2023.

Schwartz, Stuart B. **Escravidão, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.



Schwartz, Stuart B. **Segredos internos engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra o capitalismo: **a renovação do materialismo histórico**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 230.

SANTOS, S. A. dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

## **ANEXOS**

**QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS**

1. Você já ouviu falar em racismo?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
2. Você já presenciou algum incidente de racismo na sua escola?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
3. Você já foi vítima de racismo na escola?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
4. Você acha que a educação sobre o racismo e igualdade racial é importante pra combater o racismo nas escolas?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
5. Você acredita que o ensino da disciplina de história e da cultura afro-brasileira contribui para o combate ao racismo na escola?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
6. Os professores intervêm quando ocorrem incidentes de racismo?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
7. Você se sente confortável para relatar incidentes de racismo na escola?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
8. Você acredita que todos os alunos são tratados igualmente, independentemente de sua raça ou etnia?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
9. A escola toma medidas adequadas quando ocorrem incidentes de racismo?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
10. Você acha que a diversidade racial é bem representada no currículo da escola?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar

## QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

1. Você acha que o ensino de história é importante para combater o racismo nas escolas?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
2. Você inclui discussões sobre racismo e igualdade racial em suas aulas?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
3. Você acha que os alunos estão interessados em aprender sobre racismo e igualdade racial?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
4. Você já presenciou algum incidente de racismo na escola?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
5. Você já interveio em algum incidente de racismo na escola?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
6. Você acha que a escola oferece suporte suficiente para os professores lidarem com incidentes de racismo?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
7. Você acha que os pais deveriam ser mais envolvidos na discussão sobre como combater o racismo nas escolas?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
8. Você acha que os alunos deveriam ter mais voz na discussão sobre como combater o racismo nas escolas?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
9. Você acha que a escola está fazendo o suficiente para combater o racismo?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar
10. Você acha que o ensino da disciplina de história e da cultura afro-brasileira é importante no combate ao racismo na escola?  
a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Não sei opinar